

## EXAME NACIONAL DE ACESSO À ADVOCACIA 2021

## Prova Escrita

## Instruções para realização da Prova Escrita:

- O EXAMENADO terá acesso às TAREFAS e terminará as TAREFAS.
- Durante este período, os candidatos terão 120 minutos para fazer o exame, sendo os quais o sistema fechará automaticamente, deixando de ser possível aceder à plataforma.
- A duração da Prova Escrita será controlada por meio de um cronómetro virtual, encontrando-se a duração de candidato quando for atingido o tempo limite da sua realização e salvando-se todas as questões respondidas.
- A Prova Escrita é de carácter individual, devendo os candidatos abster-se de qualquer prática fraudulenta que ponha em causa a sua participação e desclassificação.
- A Prova Escrita é constituída por questões com respostas de múltipla-escolha. Para cada uma das questões, são apresentadas até cinco (5) alternativas de resposta, ordenadas com as letras A, B, C, D e E ou com os números 1, 2, 3, 4 e 5, das quais apenas uma (1) é certa e um candidato apenas será permitido a escolha de uma alternativa como resposta.
- Para cada questão o tempo máximo de resposta é de dois (2) minutos, sendo os quais o

## GRUPO I

## QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

1.1. A constituição e o funcionamento dos partidos políticos devem, nos termos da lei respeitar de entre outros o seguinte princípio fundamental:

- a) Prossecução pública dos fins e do Estado;
- b) Representatividade mínima fixada na Constituição,
- c) Organização e funcionamento democrático.

1.2. A paz tem como base o primado do direito e da lei e visa:

- a) Assegurar as condições indispensáveis e necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.
- b) Assegurar as condições necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.
- c) Assegurar as condições essenciais e necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.

**1.3. Em Angola quem exercido o poder político?**

- a) O poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre, justo e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.
- b) O poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre, justo, transparente e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.
- c) O poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.

**1.4. O Estado deve adoptar as iniciativas legislativas e outras medidas adequadas à:**

- a) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos económicos, sociais e culturais.
- b) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais.
- c) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais.

**1.5. No exercício das funções legislativa, jurisdicional e administrativa, ou por causas delas, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para o titular destes ou terceiros, os autores dessas acções ou omissões são:**

- a) Criminal, civil e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.
- b) Criminal, financeira e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.
- c) Criminal e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.

**1.6. Compete ao Tribunal Constitucional conhecer e decidir os processos de destituição do Presidente da República na seguinte situação:**

- a) Por crime de traição à Pátria e espionagem.
- b) Por ser titular de alguma nacionalidade.
- c) por crime de suborno, peculato e corrupção.

**1.7. Reveste a forma de projecto de lei a:**

- a) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados, pelos grupos parlamentares e pelo Presidente da República.
- a) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados e pelos grupos parlamentares.
- b) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados e pelo Presidente da República.

**1.8. O regime dos direitos, liberdades e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição impõe:**

- a) A criação de normas infra-constitucionais para a sua aplicação aos casos concretos.
- b) A aplicação directa aos casos concretos sem vinculação de todas as entidades públicas e privadas.
- c) A aplicação directa aos casos concretos e a vinculação de todas as entidades públicas e privadas.

**1.9. Nos termos da Constituição e da lei, a competência para designar os juizes do Tribunal Constitucional é:**

- a) A Assembleia Nacional e o Presidente da República.
- b) Assembleia Nacional, o Presidente da República e o Conselho Superior da Magistratura Judicial.
- c) O Conselho Superior da Magistratura Judicial.

**1.10. A regulação do acesso à advocacia compete à:**

- a) Ordem dos Advogados de Angola.
- b) Assembleia Nacional
- c) Assembleia Nacional e a Ordem dos Advogados de Angola.

## GRUPO II

### QUESTÕES DE DIREITO CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

**2.1. No sistema jurídico plural angolano as decisões do Tribunal Supremo vinculam os demais Tribunais ( inferiores). Assinale a alternativa correcta:**

- a) No julgamento de questões reguladas pelo Direito Costumeiro;
- b) Apesar de não serem vinculativas, indicam o sentido do justo;
- c) Nos casos em que se recorre à interpretação extensiva.

**2.2. A Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro revogou a Lei n.º 6/81, de 24 de Agosto. Com a revogação da Lei n.º 2/00 pela Lei n.º 7/15, de 15 de Junho, a Lei n.º 6/81:**

- a) Entrou novamente em vigor, de forma automática;
- b) Entrou em suspensão;

c) Permanece revogada.

**2.3. António vendeu, sob ameaça de agressão física, o seu amado automóvel a Maria ?:**

a) O acto é nulo;

b) O acto é inexistente;

c) O acto é anulável.

**2.4. Ngueve vendeu a Henda um colar pertencente a Pemba:**

a) Pemba perdeu definitivamente o colar, restando-lhe apenas exigir judicialmente de Ngueve uma indemnização;

b) Pemba perdeu definitivamente o colar. Portanto, não tem qualquer protecção jurídica;

c) Pemba pode reaver o colar recorrendo aos meios jurídicos adequados.

**2.5. Martinho convidou Paulinho para tomar uns copos. Depois de muitos copos, Martinho vendo que Paulinho estava embriagado, conveceu-lhe a perdoar a sua dívida. Quid iuris ?**

a) A obrigação extinguiu-se;

b) A dívida subsiste;

c) Houve novação.

**2.6. Domingos celebrou com Domiciano um contrato de compra e venda de sementes de kapungopungo. No entanto, *medio tempore*, entrou em vigor uma lei a proibir a venda dessas sementes :**

a) As obrigações emergentes do contrato subsistem por força do princípio da autonomia da vontade;

b) As obrigações extinguem-se;

c) Apenas o vendedor permanece obrigado à realizar a prestação.

**2.7. Boyka ofereceu a Jussara, um lindo colar que havia furtado a Dra. Carmelinda :**

- a) Jussara adquiriu a propriedade;
- b) Jussara adquiriu a propriedade e a posse;
- c) Jussara adquire a posse.

**2.8. Deolindo prometeu por meio de uma carta de pedido contrair matrimónio com a Beua, sua namorada de longa data. No entanto, violando a promessa, Deolindo casa-se com Jéssica. Quid iuris?**

- a) O casamento é anulável;
- b) O casamento é válido;
- c) O casamento é nulo.

**2.9. Silveiro morreu em Benguela, onde passou a residir, e deixou bens em Cabinda :**

- a) A sucessão deve ser aberta em Luanda por ser a capital do País;
- b) A sucessão será aberta em Benguela;
- c) A sucessão será aberta em Cabinda.

**2.10. Na sucessão, o direito que se transmite ao novo titular?**

- a) É inteiramente novo;
- b) Permanece o mesmo;
- c).tem conteúdo pessoal.

## GRUPO III

## QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

3.1. António, cidadão português com domicílio em Londres, pretende abrir um escritório em Luanda. Para o efeito contratou em Lisboa a sociedade MEL Lda., sociedade constituída ao abrigo do direito Espanhol, mas com sucursal em Angola, para o fornecimento de mobiliário de escritório proveniente de Portugal. No contrato, celebrado entre as partes, e reduzido a escrito, foi estipulada uma cláusula com seguinte teor: “Os litígios emergentes do presente contrato serão dirimidos pelo tribunal judicial da Comarca de Lisboa”. A cláusula em apreço consubstancia:

- a) Uma convenção nos termos da qual as partes acordaram submeter a apreciação de um eventual litígio a um tribunal arbitral.
- b) Uma convenção pela qual as partes estipularam como competente para dirimir o litígio um tribunal diferente daquele que resulta das regras de competência interna.
- c) Uma convenção mediante a qual as partes designaram a jurisdição competente para apreciar o litígio.

3.2. De acordo com a Teoria de Alberto dos Reis, na determinação da relação jurídica que serve de base à aferição da legitimidade das partes, qual é afirmação correcta?

- a) Têm legitimidade para a acção os sujeitos da pretensa relação jurídica controvertida, tal como foi configurada pelo autor.
- b) Têm legitimidade para a acção os sujeitos da relação jurídica substancial que se controverte.
- c) Têm legitimidade para acção os sujeitos que tenham interesse em agir.

**3.3. Os procedimentos cautelares têm por fim a tutela provisória de uma determinada situação fáctico-jurídica, destinam-se meramente a acautelar direitos e são também:**

- a) Processos sumários
- b) Acções às quais aplicam-se as regras do processo sumário.
- c) Meios de tutela cível aos quais se aplica o princípio da legalidade das formas processuais.

**3.4. Prossuponha que no âmbito de um processo do qual é mandatário, o assistente do Autor vem a falecer. Que efeito tem a comunicação do óbito no processo em causa?**

- a) Origina a extinção da instância por consubstanciar uma parte principal.
- b) Origina a suspensão da instância por consubstanciar uma parte acessória.
- c) Não tem qualquer efeito no processo.

**3.5. Quando se preparava para proferir Despacho Saneador, o juiz apercebeu-se que o réu era a mesma pessoa que há 1 ano, por conduzir em estado de embriagues, embateu violentamente na traseira do veículo automóvel de que é proprietário e até então não se responsabilizou pelos danos que lhe causou. A factualidade relatada teria alguma implicação processual?**

- a) Sim, o juiz deveria declarar-se impedido
- b) Sim, o juiz deveria pedir escusa.

c) Não, não tem qualquer relevância processual.

**3.6. Imagine que é advogado e numa audiência de julgamento, uma testemunha da parte contrária produz um depoimento no qual declara que foi celebrado, entre as partes, um contrato de mútuo, exibindo para o efeito uma carta datada de 30 de Março de 2019, que diz ter sido escrita pelo seu cliente e em que este reconhece ter celebrado tal contrato. Sucede, no entanto, que o seu cliente juntou um atestado médico do qual resulta que esteve hospitalizado e em coma induzida desde 1 de Janeiro de 2019 até 5 de Setembro de 2019. Face ao exposto, qual o mecanismo a que poderia recorrer para colocar em causa a credibilidade do depoimento prestado?**

a) Pedir a palavra e requerer acareação.

b) Pedir a palavra e requerer contradita.

c) Pedir a palavra e requer depoimento de parte.

**3.7. A ocorrência superveniente da excepção peremptória do pagamento dá lugar:**

a) As A inutilidade superveniente da lide.

b) A impossibilidade superveniente da lide.

c) A decisão de mérito.

**3.8. A reclamação, antes denominado recurso de queixa, tem por fundamento:**

a) As demoras abusivas do juiz e conseqüente violação do princípio da celeridade processual por causa imputável ao juiz.

- b) A decisão que não admita o recurso ou a que atribua ao recurso subida diferida.
- c) Os actos supérfluos e meramente dilatórios praticados pela contraparte.

**3.9. Indique em que caso existe litisconsórcio passivo voluntário:**

- a) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, irmãos e herdeiros de José, em que a obrigação exequenda traduz-se no pagamento da quantia de AKZ 20.000.000,00.
- b) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, dois renomados pintores, em que a obrigação exequenda traduz-se em pintarem uma réplica do tecto da Capela Sistina, com a técnica característica e complementar do estilo de cada um deles.
- c) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, devedores solidários, em que a obrigação exequenda traduz-se no pagamento da quantia de AKZ 3.000.000 fundada num mútuo.

**3.10. Indique em que caso não é obrigatório o patrocínio judiciário:**

- a) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 3.000.000,00.
- b) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 1.200.000,00 e no âmbito dessa acção Francisco opôs-se à execução por embargos com fundamento em inexigibilidade da obrigação exequenda.
- c) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 1.300.000,00 e no âmbito dessa acção António tenha pedido a citação de Ana, cônjuge de Francisco.

**GRUPO IV**

**QUESTÕES DE DIREITO PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**4.1. As pessoas colectivas:**

- a) Não  criminalmente responsabilizáveis.
- b) São  criminalmente responsabilizáveis.
- c) São  criminalmente responsabilizáveis (criminalmente).

**4.2. São puníveis os factos praticados:**

- a) Com dolo
- b) Com negligência
- c) Com dolo ou com negligência.

**4.3. São reacções criminais consagradas no Código Penal Angolano:**

- a) As Penas e as Indemnizações.
- b) As Medidas de Segurança e as Multas.
- c) As Penas e as Medidas de Segurança

**4.4. Entre nós (Angola) as penas têm como finalidade:**

- a) A Reabilitação e a Prevenção.

b) A Prescrição .

c) A Reabilitação .

**4.5. A Acção, enquanto elemento da infracção criminal, é:**

a) uma conduta humana e voluntária.

b) uma conduta humana involuntária.

c) uma conduta humana ou uma ocorrência natural.

**4.6. Rege a aplicação da lei penal no tempo:**

a) O Princípio da Legalidade.

b) O Princípio da Não-retroactividade.

c) O Princípio da Retroactividade.

**4.7. A afirmação “Não há responsabilidade objectiva em Direito Penal.” está:**

a) Correcta.

b) Incorrecta.

c) Parcialmente correcta.

**4.8. A descriminalização é:**

- a) Causa  extinção da responsabilidade criminal.
- b) Causa  prescrição do procedimento criminal.
- c) Causa  atenuação da responsabilidade criminal.

**4.9. A pessoa que, em estado de necessidade, pratique uma ofensa à integridade física de outrem é:**

- a) Absolutamente  culpada.
- b) Condição  culpada.
- c) Condição  culpada de modo atenuado.

**4.10. O indivíduo de 18 anos de idade que agride sexualmente uma pessoa:**

- a) É criminalmente  responsabilizável.
- b) Não é  criminalmente responsabilizável.
- c) É criminalmente  responsabilizável, com atenuação sancionatória.

## GRUPO V

### QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

**5.1. A aplicação da Lei Processual Penal no tempo deve ser:**

- a) Aplicação imediata;
- b) Não se aplica aos processos que tiveram início na vigência da lei processual penal anterior ;
-

- c) Só se aplica a processos instaurados após a sua vigência.

**5.2. Na administração da Justiça Penal, os Tribunais e Juizes obedecem exclusivamente?**

- a) À Constituição e à Lei ;  
 b) Aos usos e costumes;  
 c) As determinações das autoridades administrativas competentes.

**5.3. Em Processo Penal são Medidas Processuais de Natureza Cautelar:**

- a) As Buscas;  
 b) As Apreensões;  
 c) A Detenção.

**5.4. Em processo penal são medidas de coacção pessoal?**

- a) A Caução Económica;  
 b) A Prisão Preventiva;  
 c) O Arresto Preventivo.

**5.5. Dentre as formas de processo penal abaixo referidas, indique qual deles é comum:**

- a) Processo sumário, abreviado, de contravenções;  
 b) O processo comum de julgamento em 1.<sup>a</sup> instancia no Tribunal Supremo;  
 c) O processo comum.

**5.6. A Instrução Contraditória tem por finalidade?**

- a) Uma decisão judicial que confirme o Despacho de Pronúncia?  
 b) Uma decisão judicial que confirme ou infirme o Despacho de Acusação?

- c) Uma decisão judicial que confirme a conformidade do Julgamento?

**5.7. A abertura da instrução contraditória pode ser requerida no prazo?**

- a) 20 dias a contar da notificação do Despacho de Acusação;
- b) 5 dias a contar da notificação do Despacho de Pronúncia;
- c) 10 dias a contar da notificação do Despacho de Acusação.

**5.8. Em qual das seguintes formas de processo especial é dispensada a instrução preparatória?**

- a) O processo de contravenção
- b) O processo abreviado;
- c) O processo para crimes julgados em 1.<sup>a</sup> instância pelo Tribunal Supremo.

**5.9. Indique qual das situações ou descrições abaixo constitui direito das testemunhas?**

- a) Apresentar-se na hora e local designados, às autoridades que, nos termos da lei tiverem notificado ou convocado, mantendo-se à sua disposição enquanto não forem dispensadas;
- b) Responder com verdade às perguntas que lhe forem feitas;
- c) Ditar o depoimento que prestarem.

**5.10. Qual é a duração máxima da instrução preparatória se houver arguido preso preventivamente?**

- a) 24 Meses
- b) 10 Meses;
-

c) 6 Meses.

## GRUPO VI

### QUESTÕES DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA ADVOCACIA (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

#### 6.1. Nos deveres do advogado infra indicados, assinale o que se reporta à comunidade

- d) Não prejudicar os fins e o prestígio da Ordem;
- e) Comunicar no prazo de 30 dias, qualquer mudança de escritório;
- f) Não solicitar nem angariar clientes por si nem por interposta pessoa.

#### 6.2. Indique qual o dever se refere ao cliente nos deveres do Advogado abaixo indicados

- d) Pagar pontualmente a quotas e outros encargos devidos à Ordem;
- e) Observar os costumes e praxis profissionais;
- f) Guardar segredo profissional.

#### 6.3. O exercício da advocacia é compatível com as funções e a actividades seguintes:

- d) Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República
- e) Governador e Vice-Governadores Provinciais
- f) Docente Universitário.

#### 6.4 Qual dos cargos e actividades abaixo indicados é incompatível com o exercício da advocacia?

- d) Membro do Governo;
- e) Trabalhador do Sector Petrolífero;
- f) Trabalhador do Sector Bancário.

**6.5 As regras do Código de Ética e Deontologia Profissional aplica-se:**

- a) Aos Advogados e Candidatos a Estágio;
- b) Aos Advogados e Estagiários;
- c) Aos Advogados e Estagiários inscritos na OAA.

**6.6 Quem pode ser estagiário?**

- a) Os licenciados em ciências sociais;
- b) Os licenciados em direito e ciências;
- c) Os licenciados em direito.

**6.7 Quem deve zelar pelo cumprimento das regras deontológicas a todos os advogados e advogados estagiários que exerçam actividade numa determinada jurisdição provincial?**

- a) O Bastonário;
- b) O Presidente do Conselho Provincial;
- c) O Bastonário e o Presidente do Conselho Provincial.

**6.8 A relação entre o cliente e o seu Advogados, baseia-se na:**

- a) Lealdade;
- b) Honestidade;
- c) Confiança.

**6.9 O Segredo Profissional nas relações entre o Cliente e Advogado, consiste na:**

- a) Honestidade e confidencialidade;
-

b) Confiança e confidencialidade;

c) Lealdade e confidencialidade.

**6.10 A violação das regras éticas e deontológicas, em princípio conduz à:**

a) Aplicação de uma sanção;

b) Instauração de processo disciplinar;

c) Aplicação de uma sanção disciplinar.